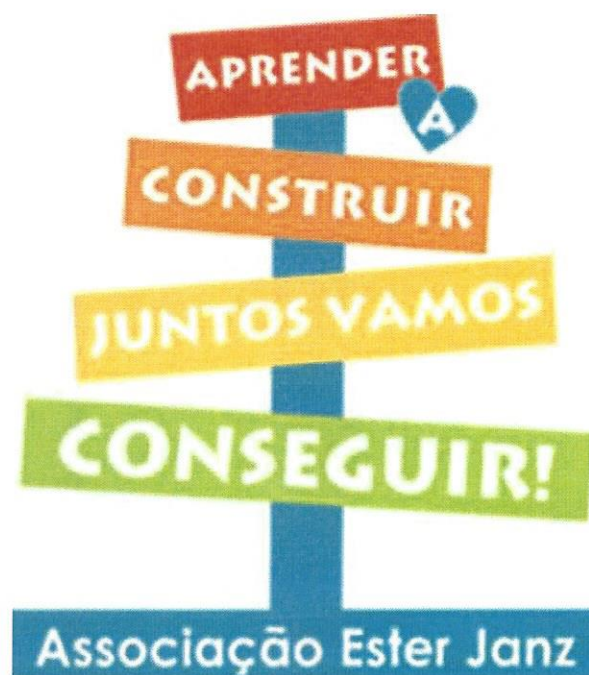


ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ



Demonstrações Financeiras
em
31 de dezembro de 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO



No cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem a Direção da Associação Ester Janz submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

ANÁLISE DO EXERCÍCIO

Embora a informação legalmente exigível faça parte integrante do anexo às Demonstrações Financeiras, apresentamos de seguida informação complementar que permite uma melhor compreensão das contas que se submetem à apreciação da Assembleia Geral Ordinária e da atividade desenvolvida no último ano, no âmbito do Plano de Atividades em vigor e do orçamento aprovado.

O Resultado Líquido obtido este ano, no valor de € 14.307,96 fica muito aquém do valor alcançado em 2018, que foi de € 45.932,85. Através da análise dos quadros apresentados, explicamos o contributo, positivo e negativo, de cada rubrica para estes resultados.

RENDIMENTOS E GANHOS

As grandes rubricas de Rendimentos e Ganhos são apresentadas no quadro abaixo, também em comparação com o ano anterior, perfazendo o seu total o valor de € 2.225.749,13, com um acréscimo de quase 60 mil euros:

RUBRICAS	2018	2019	VARIÇÃO 2018/2019	
	ACUMULADO EM DEZEMBRO		VALOR	%
Vendas	22.696,00	20.443,00	-2.253,00	-9,9%
Serviços Prestados	1.506.298,68	1.532.980,63	26.681,95	1,8%
Subsídios à exploração	585.384,57	604.807,25	19.422,68	3,3%
Reversões	0,00	328,26	328,26	
Outros Rendimentos e Ganhos	51.337,39	66.602,49	15.265,10	29,7%
Juros, dividendos e outros rendimentos	993,75	587,50	-406,25	-40,9%
RENDIMENTO TOTAL	2.166.710,39	2.225.749,13	59.038,74	2,7%

As Vendas apresentadas provêm do fardamento utilizado na Instituição, que continua o mesmo já de há vários anos.

Verifica-se uma variação positiva nas rubricas diretamente relacionadas com a atividade da instituição, merecendo destaque as de Serviços Prestados e dos Subsídios destinados à exploração. Contribuíram para este resultado o aumento do preçário das 3 valências ocorrido no ano escolar de 2018/2019, já que o número médio de utentes não teve praticamente variação neste ano de 2019 quando comparado com o de 2018. Na rubrica de Subsídios à Exploração estão incluídos os Subsídios da Segurança Social destinados ao apoio à Creche e ao Pré-escolar, no valor de € 302.263,17 e € 272.268,90, respetivamente. Também fazem parte daqueles Subsídios as verbas recebidas do IEF, € 23.769,89 em 2019, a título de participação nos estágios profissionais a que continuamos a candidatar-nos com sucesso e que nos permitem contribuir para a integração no mercado de trabalho de jovens com formação, à procura do primeiro emprego.



Ainda nesta rubrica de Subsídios estão incluídos os donativos recebidos de diversas entidades, institucionais, empresariais e particulares, num valor total de € 6.505,29, sendo que em 2018 os diversos donativos somaram € 12.773,50.

As Reversões são valores de utentes que estavam considerados de difícil cobrança à data de 31 de dezembro de 2018 e que, entretanto, foram recuperados.

Os Outros Rendimentos e Ganhos provêm de contas diversas, merecendo aqui destaque os retroativos recebidos da Segurança Social para apoio aos Salários das educadoras do Pré-escolar referentes ao ano escolar de 2017/2018, no valor de € 40.461,60, praticamente o dobro do valor recebido no ano anterior, os valores consignados de IVA e IRS através da indicação da nossa Instituição aquando do preenchimento das declarações de IRS, num total de € 6.581,21 e ainda a imputação de € 8.445,24 referente à última parcela do subsídio atribuído em 2010 ao alargamento da lotação do Pré-escolar e do investimento em Painéis solares.

Os rendimentos provenientes das nossas aplicações financeiras não têm expressão, uma vez que se mantem inalterada a política de remuneração dos ativos aplicados em depósitos a prazo.

GASTOS E PERDAS

As grandes rubricas de Gastos e Perdas são apresentadas no quadro abaixo, também em comparação com o ano anterior, perfazendo o seu total o valor de € 2.211.441,17:

RUBRICAS	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
	ACUMULADO EM DEZEMBRO		VALOR	%
Custo das Merc. Vend. e Mat. Cons.	62.643,38	56.478,44	-6.164,94	-9,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	540.271,66	597.249,62	56.977,96	10,5%
Gastos com o Pessoal	1.408.551,51	1.459.195,82	50.644,31	3,6%
Gastos de Depreciação e de Amortização	91.325,55	90.616,38	-709,17	-0,8%
Perdas por imparidade	13.068,80	5.175,63	-7.893,17	-60,4%
Outros Gastos e Perdas	4.916,58	2.725,28	-2.191,30	-44,6%
Gastos e perdas de financiamento	0,06	0,00	-0,06	-100,0%
GASTO TOTAL	2.120.777,54	2.211.441,17	90.663,63	4,3%

Salientamos as de valores mais significativos, possibilitando um conhecimento mais exaustivo da sua composição a nível de valores.

Os Fornecimentos e Serviços Externos são compostos por várias categorias de Gastos, importando aqui justificar os que mais contribuíram para o acréscimo de € 56.977,96 de 2018 para 2019:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
	ACUMULADO EM DEZEMBRO		VALOR	%
Exploração de Refeitórios	147.929,48	147.903,36	-26,12	0,0%
Inglês	16.307,00	17.831,00	1.524,00	9,3%
Música - Contrato	17.764,25	17.774,25	10,00	0,1%
Música - Aulas Particulares	2.306,25	3.025,00	718,75	31,2%
Expressão Dramática	3.763,50	3.764,00	0,50	0,0%
Natação	808,08	951,68	143,60	17,8%
Trabalhos especializados	31.845,06	40.101,52	8.256,46	25,9%
Publicidade e Propaganda	2.011,05	307,50	-1.703,55	-84,7%
Vigilância e segurança	25.447,87	34.114,18	8.666,31	34,1%
Honorários	7.799,34	9.570,75	1.771,41	22,7%
Conservação e reparação	21.313,93	50.340,20	29.026,27	136,2%
Despesas bancárias	520,38	571,44	51,06	9,8%
Material Didático	11.999,08	12.912,67	913,59	7,6%
Ferramentas e Utensílios Desgaste rápido	2.179,73	1.473,86	-705,87	-32,4%
Livros e Doc. Técnica	200,30	0,00	-200,30	
Material Escritório	1.048,03	2.766,57	1.718,54	164,0%
Eletricidade	23.115,98	21.150,21	-1.965,77	-8,5%
Combustíveis	10.407,97	10.941,18	533,21	5,1%
Água	13.672,54	13.484,57	-187,97	-1,4%
Deslocações e estadas	465,46	445,36	-20,10	-4,3%
Rendas e alugueres	99.775,00	101.565,50	1.790,50	1,8%
Comunicações	3.532,54	1.906,05	-1.626,49	-46,0%
Seguros	9.569,68	8.773,95	-795,73	-8,3%
Contencioso e Notariado	242,80	153,56	-89,24	-36,8%
Limpeza, higiene e conforto - SGL	37.849,08	40.579,01	2.729,93	7,2%
Limpeza, higiene e conforto - OUTROS	25.882,50	36.218,25	10.335,75	39,9%
Fotos	2.555,00	2.584,00	29,00	1,1%
Bordados Ductil	1.020,00	794,00	-226,00	-22,2%
Compras e Serviços Diversos	2.036,74	1.648,10	-388,64	-19,1%
Atividades didáticas	16.903,04	13.597,90	-3.305,14	-19,6%
TOTAL	540.271,66	597.249,62	56.977,96	10,5%

Nos Trabalhos Especializados foram registados os Gastos suportados com a Certificação Energética dos dois edifícios, trabalho adjudicado a uma empresa da especialidade e imprescindível para a apresentação de um Projeto de Eficiência Energética com que nos candidatámos aos apoios do Portugal 2020.

O aumento da Vigilância e Segurança está apenas relacionado com a mudança da Portaria da Associação para o Largo Ester Janz e a necessidade de a mesma ser controlada por uma empresa de Segurança durante todo o horário de funcionamento da instituição.

A rubrica de Conservação e Reparação, com um acréscimo de quase 30 mil euros em relação ao ano anterior, reflete parte das obras de reparações e manutenções nos edifícios que foram efetuadas ao longo do ano e que foram aprovadas no Plano de Ação para 2019-2022.



De referir ainda o aumento dos Gastos com a Limpeza, Higiene e Conforto devido essencialmente à substituição de novas roupas e outros bens para utilização na Creche.

GASTOS COM PESSOAL	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
	ACUMULADO EM DEZEMBRO		VALOR	%
Salários	1.126.184,31	1.177.430,15	51.245,84	4,6%
Indemnizações	1.820,62	6.796,06	4.975,44	273,3%
Taxa Social Única	250.764,17	260.874,58	10.110,41	4,0%
Seguro Acidentes de Trabalho	12.180,60	12.362,44	181,84	1,5%
FGCT	173,76	212,02	38,26	22,0%
Outros Gastos com o Pessoal	5.428,05	1.520,57	-3.907,48	-72,0%
Prémio Extraordinário	12.000,00		-12.000,00	-100,0%
Total	1.408.551,51	1.459.195,82	50.644,31	3,6%

Da análise deste quadro destacam-se os aumentos ocorridos nos Gastos com Pessoal, a nível dos salários e, conseqüentemente, nos encargos suportados com a Segurança Social responsabilidade da instituição. Este acréscimo nos salários deveu-se não só ao aumento do número médio anual de colaboradores que passou de 81 para 85, mas também às alterações dos salários dos docentes decorrentes das promoções automáticas pelos anos de serviço.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no período em análise foram de 174 mil euros, contra os 75 mil do ano anterior. Os grandes investimentos foram feitos em obras de remodelação e, principalmente, na execução do campo de jogos com a adequada preparação do terreno.

No final do ano foi submetida a candidatura aos apoios do Portugal 2020 através de um Projeto de Eficiência Energética para os dois Edifícios da Associação. Este Projeto envolve um investimento previsível na ordem dos 500.000 euros a realizar nos anos de 2020 e 2021. Nesta data ainda não é conhecido o resultado da candidatura apresentada.

UTENTES

O quadro que a seguir apresentamos permite-nos observar a distribuição do número médio de crianças por valência. Este ano houve uma variação de apenas menos duas crianças, em média, em relação ao ano anterior.



Nº MÉDIO DE UTENTES	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
			VALOR	%
TOTAL	364	362	-2	-0,4%
CRECHE	107	106	-1	-1,2%
PRÉ-ESCOLAR	135	136	1	0,4%
1º CEB	122	120	-2	-1,5%

Analisámos os Ganhos médios por utente e apresentamos de seguida as médias de 2018 e 2019 segundo três variáveis: o Rendimento total, o Rendimento das mensalidades e o Rendimento das mensalidades acrescido dos subsídios e donativos recebidos da Segurança Social e outras instituições, empresas e particulares para apoio às valências de Creche e de Pré-escolar.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR UTENTE	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
			VALOR	%
RENDIMENTO TOTAL	496,72	512,49	15,77	3,2%
RENDIMENTO DAS MENSALIDADES	345,32	352,98	7,65	2,2%
RENDIMENTO DAS MENSALIDADES E SUBSÍDIOS	479,52	492,24	12,71	2,7%

Concluimos que o Rendimento médio mensal apresenta uma evolução ao nível do aumento global dos Rendimentos, resultado da manutenção do número médio de crianças.

Passando à análise do Gasto médio por criança, segundo as três perspectivas apresentadas, verificamos que o gasto total por criança continua a ser superior a qualquer uma das mensalidades máximas estabelecidas para cada uma das valências da instituição.

GASTO MÉDIO MENSAL POR UTENTE	2018	2019	VARIAÇÃO 2018/2019	
			VALOR	%
GASTO TOTAL	486,19	509,20	23,00	4,7%
GASTO SEM AMORTIZAÇÕES/IMPARIDADES	462,26	487,14	24,88	5,4%
GASTOS COM PESSOAL	322,91	335,99	13,07	4,0%

A par com o aumento do Rendimento médio mensal, também o Gasto médio apresenta um aumento nas três vertentes apresentadas.

Cumpre-nos ainda referir o contributo desta instituição para a sociedade mais desfavorecida, se tivermos em conta que, só em gastos com pessoal, uma criança custa em média um valor muito superior a muitas das mensalidades praticadas.

CONCLUSÃO

Na sequência dos esclarecimentos apresentados, não podemos deixar de referir que é com o maior dos empenhos que a Direção continua a promover o bom funcionamento desta instituição, de acordo com os princípios que foram definidos aquando da sua fundação, para o que contamos com todos os apoios que possam vir a ser-nos concedidos.

Queremos também manifestar aqui o nosso agradecimento a todas as instituições e particulares amigos da Associação Ester Janz que, através dos seus donativos, nos têm concedido apoios tão importantes para a nossa vida do dia-a-dia.

Gostaríamos ainda de agradecer a todos os que, de uma forma convicta e desinteressada nos possam escolher como sendo a instituição a receber a consignação de uma parte do seu IRS.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o termo do exercício e até à data de emissão do presente relatório, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Instituição.

PERSPECTIVAS PARA 2020

Na linha do que temos vindo a seguir ao longo do tempo, iremos dar continuidade aos serviços que proporcionamos, reforçando a nossa política de gastos controlados, não deixando nunca de ter presente a continuidade das atividades inerentes à formação integral das nossas crianças.

DECLARAÇÃO

Tal como sempre aconteceu, a Associação Ester Janz mantém regularizados todos os compromissos com a Segurança Social e Autoridade Tributária.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2019

A Direção da Associação Ester Janz propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2019, no valor de € 14.307,96, seja, na sua totalidade, transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 6 de março de 2020

A Direção


ky

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
3.1. Principais políticas contabilísticas	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	17
4. Ativos Fixos Tangíveis	18
5. Ativos Intangíveis.....	19
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
7. Inventários.....	20
8. Rendimentos.....	20
9. Subsídios, doações e legados à exploração	21
10. Instrumentos Financeiros.....	21
11. Benefícios dos empregados.....	21
12. Acontecimentos após data de Balanço	22
13. Outras Informações	22
13.1. Créditos a receber	22
13.2. Diferimentos	23
13.3. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.4. Fundos Patrimoniais	23
13.5. Fornecedores.....	24
13.6. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.7. Outros Passivos correntes	24
13.8. Subsídios ao Investimento.....	25
13.9. Fornecimentos e serviços externos	25
13.10. Outros rendimentos	26
13.11. Outros gastos.....	26
13.12. Resultados Financeiros	26
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	27

Balanço

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	415.900,05	331.856,85
Ativos intangíveis	5	-	367,03
Investimentos financeiros	10	8.820,54	6.202,11
Subtotal		424.720,59	338.425,99
Ativo corrente			
Inventários	7	19.103,58	18.648,51
Créditos a receber	13.1	38.046,12	38.286,31
Estado e outros entes públicos	13.6	17.695,20	28.805,03
Diferimentos	13.2	16.448,98	14.622,64
Caixa e depósitos bancários	13.3	1.207.519,38	1.251.199,35
Subtotal		1.298.813,26	1.351.561,84
Total do Ativo		1.723.533,85	1.689.987,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	13.4	866.253,38	866.253,38
Resultados transitados	13.4	207.325,12	161.392,27
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.4/8	-	8.445,24
Resultado líquido do período		14.307,96	45.932,85
Total dos fundos patrimoniais		1.087.886,46	1.082.023,74
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	202.329,29	202.329,29
Subtotal		202.329,29	202.329,29
Passivo corrente			
Fornecedores	13.5	71.914,34	66.127,89
Estado e outros entes públicos	13.6	41.682,65	37.382,48
Diferimentos	13.2	60.521,55	59.045,50
Outros passivos correntes	13.7	259.199,56	243.078,93
Subtotal		433.318,10	405.634,80
Total do passivo		635.647,39	607.964,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.723.533,85	1.689.987,83

Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração dos Resultados por Naturezas

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	1.553.423,63	1.528.994,68
Subsídios, doações e legados à exploração	9	604.807,25	585.384,57
ISS, IP - Centros Distritais		574.532,07	560.312,26
Outros		30.275,18	25.072,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(56.478,44)	(62.643,38)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(597.249,62)	(540.271,66)
Gastos com o pessoal	11	(1.459.195,82)	(1.408.551,51)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	(4.847,37)	(13.068,80)
Outros rendimentos	13.10	66.602,49	51.337,39
Outros gastos	13.11	(2.725,28)	(4.916,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104.336,84	136.264,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(90.616,38)	(91.325,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.720,46	44.939,16
Juros e rendimentos similares obtidos	13.12	587,50	993,75
Juros e gastos similares suportados	13.12	-	(0,06)
Resultados antes de impostos		14.307,96	45.932,85
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		14.307,96	45.932,85

Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira



Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração dos Resultados por Funções

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		608.781,02	1.528.994,68
Custo das vendas e dos serviços prestados		(455.091,40)	(1.345.425,11)
Resultado bruto		153.689,62	183.569,57
Outros rendimentos		21.709,10	637.715,71
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(150.846,01)	(666.041,44)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		(18.520,62)	(109.310,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.032,09	45.932,85
Resultados antes de impostos		6.032,09	45.932,85
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		6.032,09	45.932,85

Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


 Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros


DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	-	-	866.253,38	152.353,12	-	16.890,47	9.039,15	1.044.536,12		1.044.536,12
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	2				9.039,15			(9.039,15)	(0,00)		(0,00)
Transfêrencia de resultados do exercício para resultados transitados											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(8.445,23)		(8.445,23)		(8.445,23)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(8.445,23)		(8.445,23)		(8.445,23)
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4										
Resultado líquido do período								45.932,85	45.932,85		45.932,85
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	7=1+2+5+6	-	-	866.253,38	161.392,27	-	8.445,24	45.932,85	1.082.023,74	-	1.082.023,74

Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Teresa Maria Jardim Janz Guerra

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos a os instituidores da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total					
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		-	-	866.253,38	161.392,27	-	-	8.445,24	45.932,85	1.082.023,74	-	1.082.023,74	-	1.082.023,74
2 APLICAÇÃO DE RESULTADOS Transferência de resultados do exercício para resultados transitados					45.932,85				(45.932,85)					
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.8	-	-	-	-	-	-	(8.445,24)	-	(8.445,24)	(8.445,24)	-	(8.445,24)	
4 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	14.307,96	14.307,96	14.307,96	-	14.307,96	
5=3+4 RESULTADO EXTENSIVO		-	-	-	-	-	-	(8.445,24)	14.307,96	5.862,72	5.862,72	-	5.862,72	
7=1+2+5+6 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019		-	-	866.253,38	207.325,12	-	-	(0,00)	14.307,96	1.087.886,46	-	-	1.087.886,46	

Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Oliveira
Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

Teresa Maria Jardim Janz Guerra
Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.549.771,45	1.526.096,96
Pagamento a fornecedores		(608.212,55)	(603.708,05)
Pagamentos ao pessoal		(913.279,61)	(854.916,62)
Caixa gerada pelas operações		28.279,29	67.472,29
Outros recebimentos/pagamentos		159.401,26	80.369,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		187.680,55	147.842,27
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(231.867,46)	(100.945,52)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		506,94	547,48
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(231.360,52)	(100.398,04)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(43.679,97)	47.444,23
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.251.199,35	1.203.755,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.3	1.207.519,38	1.251.199,35

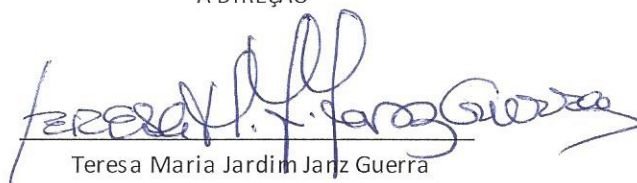
Lisboa, 2 de março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira



Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Anexo

(Quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2019.

1. Identificação da Entidade

A Associação Ester Janz, pessoa coletiva de utilidade pública, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1982 sob a forma de Instituição particular de solidariedade social, com sede na Avenida Infante D. Henrique, 286, Cabo Ruivo, em Lisboa.

A Associação Ester Janz visa a educação e formação de crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento harmonioso integral e o seu âmbito de ação abrange a freguesia de Marvila e áreas limítrofes do concelho de Lisboa.

Tem como atividades principais a Creche, Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 2 de março de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 142/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que instituiu o ESNL; A instituição adota as NCRF – ESNL na preparação das Demonstrações Financeiras desde 2012, sendo as Demonstrações Financeiras deste exercício comparáveis e consistentes com as preparadas e apresentadas no exercício anterior.

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por Acréscimos e Diferimentos*” .

3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente

relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Imparidade

A instituição avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a instituição estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos acima em ativos fixos tangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis.

- Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

3.2.3. Investimentos Financeiros

As entregas mensais para o FCT (Fundo de compensação do trabalho), efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o último preço de compra.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando as instituições se constituem parte na respetiva relação contratual.

No final do ano a instituição avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros:

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. A imparidade é determinada com base nos critérios acima definidos.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Reservas especiais que incluem os resultados dos exercícios até 2007;
- Resultados transitados;
- Subsídios, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Provisões

Esta rubrica reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se esperam que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não refletem riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

3.2.9. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

3.2.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a instituição se constitui parte na respetiva relação contratual.

3.2.11. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas. Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a instituição, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

3.2.12. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da instituição são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela instituição.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A instituição constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos há mais de seis meses, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Custo	31 de dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-2018
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.936.541,74	57.819,70	-	12.528,13	-	2.006.889,57
Equipamento básico	346.827,04	5.316,17	-	-	-	352.143,21
Equipamento de transporte	185.920,83	-	-	-	-	185.920,83
Equipamento administrativo	83.635,52	-	-	-	-	83.635,52
Ativos fixos tangíveis em curso	25.266,11	12.528,13	-	(12.528,13)	-	25.266,11
Total	2.578.191,24	75.664,00	-	-	-	2.653.855,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.652.589,84	74.678,18	-	-	-	1.727.268,02
Equipamento básico	319.030,61	9.622,97	-	-	-	328.653,58
Equipamento de transporte	177.158,32	6.031,25	-	-	-	183.189,57
Equipamento administrativo	82.260,98	626,24	-	-	-	82.887,22
Total	2.231.039,75	90.958,64	-	-	-	2.321.998,39
VALOR LIQUIDO	347.151,49	-	-	-	-	331.856,85

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.006.889,57	165.790,67	-	-	-	2.172.680,24
Equipamento básico	352.143,21	3.996,29	-	-	-	356.139,50
Equipamento de transporte	185.920,83	-	-	-	-	185.920,83
Equipamento administrativo	83.635,52	4.505,59	-	-	-	88.141,11
Ativos fixos tangíveis em curso	25.266,11	-	-	-	-	25.266,11
Total	2.653.855,24	174.292,55	-	-	-	2.828.147,79
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.727.268,02	78.932,03	-	-	-	1.806.200,05
Equipamento básico	328.653,58	6.491,15	-	-	-	335.144,73
Equipamento de transporte	183.189,57	2.731,26	-	-	-	185.920,83
Equipamento administrativo	82.887,22	2.094,91	-	-	-	84.982,13
Total	2.321.998,39	90.249,35	-	-	-	2.412.247,74
VALOR LIQUIDO	331.856,85	-	-	-	-	415.900,05

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Programas de Computador	30.982,57	-	-	-	-	30.982,57
Total	30.982,57	-	-	-	-	30.982,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	30.248,63	366,91	-	-	-	30.615,54
Total	30.248,63	366,91	-	-	-	30.615,54
VALOR LIQUIDO	733,94	-	-	-	-	367,03

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Programas de Computador	30.982,57	-	-	-	-	30.982,57
Total	30.982,57	-	-	-	-	30.982,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	30.615,54	367,03	-	-	-	30.982,57
Total	30.615,54	367,03	-	-	-	30.982,57
VALOR LIQUIDO	367,03	-	-	-	-	-

Os programas de computador não são propriedade da Associação Ester Janz a qual se limita a ter os respetivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	-	202.329,29	202.329,29	-	202.329,29	202.329,29
Total	-	202.329,29	202.329,29	-	202.329,29	202.329,29

Os empréstimos respeitam a um montante cedido pelos fundadores da Associação Ester Janz quando da sua constituição para cobrir as despesas iniciais.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias	19.004,18	16.752,50	(86,10)	18.648,51	13.680,55	62,53	19.103,58
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	45.621,31	-	-	43.190,43	-	-
...							
Total	19.004,18	62.373,81	(86,10)	18.648,51	56.870,98	62,53	19.103,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				62.643,38			56.478,44
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Rendimentos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	20.443,00	22.696,00
Prestação de Serviços	1.532.980,63	1.506.298,68
Mensalidades	1.432.420,30	1.403.875,47
Outras actividades	94.032,33	96.158,21
Quotas e Jóias	6.528,00	6.265,00
Subsídios à exploração	604.807,25	585.384,57
Outros rendimentos	66.602,49	51.337,39
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	587,50	993,75
Total	2.225.420,87	2.166.710,39

9. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2019	2018
Subsídios, doações e legados à exploração	604.807,25	585.384,57
Subsídios à Exploração	598.301,96	572.611,07
ISS, IP - Centros Distritais	574.532,07	560.312,26
IEFP	23.769,89	12.298,81
Donativos	6.505,29	12.773,50

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 estavam incluídos nesta rubrica, investimentos efectuados no Fundo de Compensação do Trabalho, definidos na Lei 70/2013 e que destinam a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efectivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. O valor investido em 2019 foi de 2.618,43€ perfazendo um valor acumulado de 8.820,54€.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros da Direção, nos últimos dois anos, foi de 3, de acordo com os Estatutos da Associação.

Os membros da direcção da Associação Ester Janz não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2019 foi de 85 e em 31/12/2018 foi de 81.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	1.177.430,15	1.138.184,31
Indemnizações	6.796,06	1.820,62
Encargos sobre as Remunerações	261.086,60	250.937,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.362,44	12.180,60
Outros Gastos com o Pessoal	1.520,57	5.428,05
Total	1.459.195,82	1.408.551,51

12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral da Associação Ester Janz em 28 de março de 2019.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Cientes e Utentes c/c	19.911,42	22.518,71
Utentes	19.911,42	22.518,71
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	59.202,38	54.355,01
Utentes	59.202,38	54.355,01
Perdas por imparidade acumuladas	(59.202,38)	(54.355,01)
Utentes	(59.202,38)	(54.355,01)
Outras contas a receber	18.134,70	15.767,60
Adiantamentos ao pessoal	299,04	141,26
Adiantamentos a Fornecedores	296,25	61,19
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.978,79	8.526,48
Outros Devedores	5.560,62	7.038,67
Total	38.046,12	38.286,31

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2019	2018
Utentes	(5.175,63)	(13.068,80)
Total	(5.175,63)	(13.068,80)

Reversões do período

Descrição	2019	2018
Utentes	328,26	-
Total	328,26	-

13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros Liquidados	7.039,21	6.289,75
Rendas antecipadas	7.790,03	7.307,00
Outras despesas c/ custos diferido	1.619,74	1.025,89
Total	16.448,98	14.622,64
Rendimentos a reconhecer		
Vendas e Prestação de Serviços a reconhecer	60.521,55	59.033,50
Outros Rendimentos a reconhecer	-	12,00
Total	60.521,55	59.045,50

13.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	2.810,95	1.817,10
Depósitos à ordem	104.708,43	49.382,25
Depósitos a prazo	1.100.000,00	1.200.000,00
Total	1.207.519,38	1.251.199,35

13.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Reservas	866.253,38	-	-	866.253,38
Resultados transitados	161.392,27	45.932,85	-	207.325,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.445,24	-	(8.445,24)	-
Total	1.036.090,89	45.932,85	(8.445,24)	1.073.578,50

13.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	71.914,34	66.127,89
Total	71.914,34	66.127,89

13.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17.695,20	28.805,03
Total	17.695,20	28.805,03
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	12.404,51	11.295,33
Segurança Social	29.013,64	25.904,57
Outros Impostos e Taxas	264,50	182,58
Total	41.682,65	37.382,48

13.7. Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Pessoal	94,97	-
Outras operações	94,97	-
Adiantamentos de utentes	109,85	-
Fornecedores de Investimentos	571,95	-
Credores por acréscimos de gastos	235.529,03	228.964,13
Outros credores	22.893,76	14.114,80
Total	259.199,56	243.078,93

Os credores por acréscimo de gastos respeitam essencialmente a direitos obtidos em 2019 e a pagar em 2020, relacionados com férias e subsídio de férias do pessoal.

13.8. Subsídios ao Investimento

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios:

Descrição	2019	2018
Subs. Invest. - PMElink	2.624,48	2.624,51
Subs. Invest. - DRE	5.820,76	5.820,72
Total	8.445,24	8.445,23

13.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	191.249,29	188.878,56
Exploração de Refeitórios	147.903,36	147.929,48
Atividades de utentes	43.345,93	40.949,08
Serviços especializados	135.005,59	89.783,87
Trabalhos especializados	40.101,52	31.845,06
Publicidade e propaganda	307,50	2.011,05
Vigilância e segurança	34.114,18	25.447,87
Honorários	9.570,75	7.799,34
Conservação e reparação	50.340,20	22.160,17
Serviços bancários	571,44	520,38
Materiais	17.153,10	15.427,14
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.473,86	2.179,73
Livros e documentação técnica	-	200,30
Material de escritório	2.766,57	1.048,03
Material Didático	12.912,67	11.999,08
Energia e fluidos	45.575,96	47.196,49
Electricidade	21.150,21	23.115,98
Combustíveis	10.941,18	10.407,97
Água	13.484,57	13.672,54
Deslocações, estadas e transportes	445,36	465,46
Deslocações e estadas	445,36	465,46
Serviços diversos	207.820,32	198.520,14
Rendas e alugueres	101.565,50	99.775,00
Comunicação	1.906,05	3.532,54
Seguros	8.773,95	9.569,68
Contencioso e notariado	153,56	242,80
Limpeza, higiene e conforto	76.797,26	62.885,34
Outros serviços	5.026,10	5.611,74
Outras Atividades	13.597,90	16.903,04
Total	597.249,62	540.271,66



13.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	9.604,51	8.823,78
Correções relativas a períodos anteriores	48.392,76	32.661,49
Ganhos em inventários	62,53	-
Imputação de subsídios para investimentos	8.445,24	8.445,23
Outros rendimentos	97,45	1.406,89
Total	66.602,49	51.337,39

13.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Correções relativas a períodos anteriores	1.421,45	4.397,18
Quotizações	495,00	505,00
Outros Gastos	808,83	14,40
Total	2.725,28	4.916,58

13.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	0,06
Total	-	0,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	587,50	993,75
Total	587,50	993,75
Resultados financeiros	587,50	993,69

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

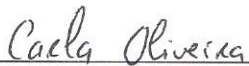
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 2 de março de 2020

O Contabilista Certificado

A Direção



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira



Teresa Maria Jardim Janz Guerra

4

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ, IPSS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 37º dos Estatutos da Associação e demais legislação aplicável, o Conselho Fiscal vem pelo presente apresentar aos Senhores Associados o relatório sobre a atividade fiscalizadora e, bem assim, dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como sobre a proposta apresentada pela Direção à Assembleia Geral.

FISCALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

2. No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da Associação e a evolução das suas atividades, encontrando sempre a melhor colaboração por parte da Direção, outros responsáveis e dos serviços, manifestando o seu apreço pela cooperação prestada. Tendo efetuado com a periodicidade e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, a exercitação das competências formuladas no art.º 37º dos Estatutos da Associação e demais legislação aplicável, designadamente a análise das suas contas, a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes, utilizados na elaboração da informação financeira, bem como a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, e a verificação da eficácia do sistema de controlo interno e da aplicabilidade do princípio da continuidade.
3. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
4. Estamos convictos que o exame efetuado e a prova que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para o nosso parecer.

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS E PROPOSTA APRESENTADA PELA DIREÇÃO

5. Examinámos as demonstrações financeiras da Associação Ester Janz, IPSS, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de ativo de 1.723.533,85 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.087.886,46 euros, incluindo um resultado líquido de 14.307,96 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Assente em
2020

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Normas Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
7. O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da Associação Ester Janz, IPSS, aprove:
- 7.1 o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e
- 7.2 a proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

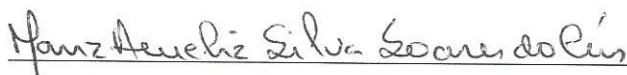
8. Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras examinadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 6 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL,



Carlos Manuel dos Santos Ferro (Presidente)



Maria Amélia da Silva Soares do Céu (Vogal)



Júlia Maria Pereira Pinto Miguel (Vogal)